

A LÍNGUA: A LEITURA E A ESCRITA COMO UM ELO INTEGRADOR

Carmen Elena das Chagas (UFF)

INTRODUÇÃO

A Língua, “sistema de sons vocais por que se processa numa comunidade humana o uso da linguagem” (Câmara Jr, 1968, p. 223), é renovação, pois expressa a vida. Se ela pára, pode-se dizer que ela está morta, porque a história de uma língua é a história de um povo.

“Nenhuma língua permanece uniforme em todo o seu domínio, e ainda num só local apresenta um sem-número de diferenciações de maior ou menor amplitude.” (Cunha, 1970, p. 79). Porém estas variedades não prejudicam a unidade da língua ou a consciência daqueles que a utilizam como instrumento de comunicação ou emoção. A variedade de uma língua que um indivíduo usa, é determinada por quem ele é. Todo falante aprendeu, tanto a sua língua materna como uma particular variedade da língua de sua comunidade lingüística e esta variedade pode ser diferente em algum ou em todos os níveis de outras variedades da mesma língua aprendidas por outros falantes desta mesma língua.

Na comunicação, existe algo comum para o emissor e o receptor que lhes facilita a compreensão. Este elemento é a norma lingüística que ambos adquirem da comunidade. A norma é instável, pois está presa à estrutura político-social e pode mudar no curso do tempo se o indivíduo mudar de um grupo social. A fala é a imagem de uma norma e varia de usuário para usuário. É uma ilusão acreditar que a língua possa um dia parar, já que ela é a imagem e a voz de um povo.

A partir deste pressuposto, há duas línguas no Brasil:

Há duas línguas no Brasil: uma que se escreve (e que recebe o nome de ‘português’); e outra que se fala (e que é tão desprezada que nem tem nome). E é esta última que é a língua materna dos brasileiros; a outra (o ‘português’) tem de ser aprendida na escola, e a maior parte da população nunca chega a dominá-la adequadamente. (Perini, 2001, p. 25)

A civilização tem dado uma importância extraordinária à escrita e, muitas vezes, quando nos referimos à linguagem, só pensamos nesse seu aspecto. É preciso não perder de vista, porém, que lhe há ao lado, mais antiga, mais básica, uma expressão oral, porque o homem é apenas metade de si mesmo e a outra metade é a sua expressão.

LEITURA E ESCRITA.

Ao tratar da leitura e da escrita é necessário lembrar que estamos trabalhando com duas modalidades pertencentes ao mesmo sistema lingüístico: o sistema da Língua Portuguesa. É importante lembrar ainda que o ato de ler é incompleto sem o ato de escrever. Ler e escrever não apenas palavras, mas ler e escrever a vida, a história, segundo afirmação abaixo. “Não há, na realidade, história de palavras, senão história dos homens”. (Neto, 1970, p.71).

E o que é ler? Ler é compreender o que está escondido por um sinal exterior, é descobrir, tomar conhecimento de um texto pela leitura.

E o que é leitura? Como disse Paulo Freire:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquela. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica as relações entre o texto e o contexto. (Freire, 2004, p. 81).

As práticas de leitura e escrita constituem uma necessidade de grande importância para o desenvolvimento de cidadania e para o exercício profissional de todos numa sociedade que possua domínio de algum tipo de alfabeto escrito. A leitura e a escrita são ferramentas essenciais para o processo de ensino-aprendizagem, além de consistir num meio importante para disseminar conteúdos e promover um aprendizado consistente, onde o indivíduo internaliza o conhecimento.

A alfabetização iniciará o processo de leitura significativa. Um processo perceptivo em que primeiro se reconhecem signos. Em seguida, ocorre transferência desses signos a conceitos intelectuais. Essa tarefa se amplia de modo a formar um processo reflexivo em

que as idéias se ligam em unidades de pensamento cada vez maiores. A compreensão das idéias percebidas, no entanto, não é tudo. A leitura requer a interpretação dessas idéias e sua avaliação. A simples condição de ser capaz de reconhecer sinais gráficos, portanto, está distante de constituir-se num ato de leitura. Quando a habilidade se limita a isso, suprime da alfabetização todo seu sentido social e político.

Como o Brasil é um país plurilingüista, a pedagogia da leitura deve ser entendida como a pedagogia da diversidade, do conflito de interpretações contra a uniformização e o conformismo. Uma pedagogia que mostra ao leitor a profunda variedade lingüística, a diversidade de compreensão do texto, através dele.

Todos poderíamos escrever em português, mas na língua do Brasil, desvencilhando-nos dessas dificuldades que os gramáticos sabidos, impuseram a um patrimônio que é do povo brasileiro. Não se trata de estudar menos, mas de aprender a língua do Brasil à luz de novos conceitos e com outros fins, dentre os quais emerge soberano o do exercício da cidadania. Esse privilegia os atos de ouvir, falar, ler e escrever. É para isso que aprendemos português! (Deonísio Silva, *Jornal do Brasil*)

Por meio do código lingüístico o escritor comunica-se em qualquer tempo e espaço com o leitor. Entende-se que escritor é todo aquele capaz de escrever um texto adequado a determinado fim. Se um leitor recorre ao texto sem saber para quê ou o que buscar, ele mal consegue ler. É lendo o que está escrito no mundo real que se aprende a ler. A força da leitura, portanto, está diretamente ligada à possibilidade de escrever, utilizando-se das palavras para o aluno expressar seus sentimentos e suas idéias, tornando-se um leitor-autor.

TRABALHANDO AS VARIEDADES LINGÜÍSTICAS

Inspirando-se no personagem Chico Bento, da Turma da Mônica, toda pessoa desde o primeiro ano de vida aprende a língua materna e ao ingressar na escola, já possui uma bagagem cultural, uma vivência, uma competência lingüística. Deste modo, ela sabe sua variante etária, a sua variante local e regional. Na escola ela dará continuidade à sua leitura do mundo.

Se o professor de Língua Portuguesa não deseja discriminar, se pretende proporcionar ao aluno o acesso à tradição cultural da so-

cidade, então deverá assumir uma posição de respeito à linguagem que o aluno traz de sua comunidade. Confirma-se isto em:

Cada um de nós, professor ou não, precisa elevar o grau da própria auto-estima lingüística recusar com veemência os velhos argumentos que visem menosprezar o saber lingüístico individual de cada um de nós. Temos que nos impor como falantes competentes de nossa língua materna. (Bagno, 2001, p. 115)

O professor, então, não deve levar o aluno a empregar a norma culta? Naturalmente que deve. O que o professor não pode fazer é transformar-se em agente “castrador”, anulando as possibilidades de uma real interação, que é a condição essencial do exercício da linguagem. Ao excluir a prática da linguagem trazida do meio social, o aluno aos poucos vai afastar-se dos que participam com voz na sociedade.

O professor deve mostrar aos alunos, desde o início, as variações lingüísticas existentes, de forma que fique claro para eles que a norma-padrão é apenas uma alternativa de linguagem, mas não a única em que poderão manifestar-se. Assim, deixará claro que, do ponto de vista lingüístico, não há um dialeto superior ao outro.

Cabe ao professor mostrar ao aluno que o seu léxico será ampliado, a partir de sua valorização e respeito. Depois o professor deverá incentivar a leitura da palavra de forma agradável, curiosa e gratificante como fala Paulo Freire:

O fundamental é que professor e alunos saibam que a postura deles, do professor e dos alunos, é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve.

O espaço pedagógico é um texto para ser constantemente “lido”, “interpretado”, “escrito” e “reescrito”. (Freire, 2004: p.84-86).

Isto ocorre quando o professor coloca seus alunos em contato com a Literatura, garantindo espaço na escola para um texto capaz de conquistar o interesse dos alunos, porque responde às suas necessidades, não apenas intelectuais, mas emocionais e existenciais.

Se o aluno tem acesso a texto que de alguma maneira tenha a ver com ele, seguramente a leitura lhe parecerá uma experiência atraente e compensador o esforço que faz para aprender a ler. Os critérios para escolha de textos são o da legibilidade, ou grau de dificuldade, a relevância e o interesse. O tema é o fio que permite a per-

cepção e produção da linguagem e o desenvolvimento de um novo sistema simbólico que é o da linguagem escrita. Só nessa medida o texto será vivenciado como uma unidade significativa que amplia não apenas o léxico, mas a comunicação do leitor em qualquer tempo e espaço, assim como sua auto-estima.

Desta forma, o professor de Língua Portuguesa, valorizará a cultura nacional brasileira, seus modos e seus usos, a partir daqueles mais próximos à realidade do aluno de maneira a se estabelecer melhor identificação espaço-temporal-existencial.

A escola, para Chico Bento e outros a quem representa, jamais, poderá alhear-se das condições sócio-culturais, econômicas deles, de suas famílias e de seus vizinhos. O respeito à dignidade destes “Chicos” não permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que trazem consigo para a escola.

A escola não pode desconsiderar o saber de experiência feito do aluno e nem a explicação do mundo na qual faz parte a compreensão de sua própria presença. Assim, o papel fundamental da escola e, particularmente, do professor é incitar o aluno a fim de que ele através dos materiais que se oferece, possa produzir a compreensão do objeto em lugar de recebê-la, apenas como uma “educação bancária”, segundo Freire (2004, p. 81). Ele precisa apropriar-se da inteligência do conteúdo para que aconteça a verdadeira relação de comunicação entre professor-aluno.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento humano e o avanço das civilizações dependeram, principalmente, da evolução dos meios de receber, comunicar e de registrar o conhecimento e, particularmente, do desenvolvimento da escrita. O homem é, essencialmente, um animal comunicativo, pois a comunicação constitui uma de suas atividades essenciais. Enquanto os seres mais rudimentares enfrentam o seu meio ambiente numa base de momento a momento, o homem possui a faculdade de aprender, em graus variáveis. Conseqüentemente, suas ações são influenciadas por experiências passadas. A experiência humana não é uma questão momentânea: apresenta continuidade, porque o homem tem um contato com seus antepassados e descendentes, e um

sentido de história e tradição. Tudo isso é possível graças à linguagem, seja ela oral ou escrita.

Desta forma, a leitura e a escrita serão o elo integrador das diferentes áreas do conhecimento, de identificação cultural no país e de comunicação e participação efetiva na sociedade, já que a leitura é importante para o crescimento da liberdade intelectual, pois quem lê solta a imaginação e quem cria a imagem é o próprio leitor que dá asas aos pensamentos, conseguindo níveis altíssimos de criatividade e um pouco mais de cultura, não deixando a mente limitada, consequentemente, a escrita será em função do exercício de uma cidadania consciente e transformadora.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália*. São Paulo: Contexto, 2000.
- CÂMARA JR. J. Mattoso. Dicionário de filologia e gramática. São Paulo: Lozon Editor, 3ª edição, 1968.
- CUNHA, Celso. *Língua Portuguesa e a realidade brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- NETO, Serafim da Silva. *História da Língua Portuguesa*. Coleção Brasileira de Filologia Portuguesa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Presença, 1970.
- PERINI, Mário A. *Sofrendo a gramática*. São Paulo: Ática, 2001.
- SILVA, Deonísio. *Jornal do Brasil*.